AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NO PROCESSO DE GESTÃO: IMPACTOS EM ÓRGÃOS ACADÊMICOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

Cíntia dos Santos Souza*
UNIR/Brasil
cintiagepes@gmail.com

Walterlina Brasil**
UNIR/Brasil
wal@unir.br

RESUMO: A pesquisa que originou este texto teve como objetivo conhecer as ações de gestão, efetuadas um em órgão acadêmico de uma instituição de ensino superior, decorrentes do processo de Avaliação Institucional realizado em 2006 sob as orientações do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. Buscou-se estabelecer a relação quanto à utilização dos resultados da Avaliação Institucional em função das competências de gestão. Os dados foram obtidos através da aplicação de questionários, e indicaram que as metas propostas a partir da Avaliação Institucional não foram adotadas no âmbito das decisões gestoras no órgão acadêmico.
Palavras–chave: Educação Superior. Avaliação Institucional. Gestão.

The research that originated this text aimed to know the management actions carried out in an academic body of an institution of higher education. These actions, deriving from the Institutional Assessment conducted in 2006 under the guidances of the National Assessment of Higher Education. We sought to establish the relationship to the use of the results of the Institutional Assessment in terms of management competences. Data were collected through questionnaires and indicated that the proposed goals from the Institutional Assessment were not adopted as part of management decisions in the academic body.
Keywords: Higher Education. Institutional Assessment. Management

INTRODUÇÃO

A avaliação é uma atividade e atitude constante no cotidiano. Aferir acerca de fatos ou pessoas é uma ação comum, que normalmente é adotada em relação às atividades do processo educacional de maneira geral, bem como na administração das instituições. Ao se avaliar, algo ou alguém, os critérios considerados durante a avaliação são determinantes para o resultado a ser adquirido.

É relevante a compreensão das possíveis utilizações dos resultados de uma avaliação. Estes podem ser utilizados para mensuração, para uma reflexão seguida ou não por respectiva ação de transformação da realidade, e até mesmo podem não ter nenhum tipo de utilização.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB), fortaleceu a importância das políticas de avaliação nos sistemas de ensino superior, tanto para a promoção da qualidade da instituição ao orientar as diretrizes políticas, quanto para a supervisão e o controle estatal do ensino.

Atualmente está em vigor, no Brasil, a Lei 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), proposta que se caracteriza pela tentativa de conciliação do aspecto de controle e verificação com o aspecto formativo e pedagógico da avaliação.

O SINAES compreende três principais modalidades de avaliação, são elas: Avaliação Institucional, Avaliação dos Cursos e Avaliação dos Estudantes.

A Avaliação Institucional tem sido considerada por alguns autores, entre eles José Dias Sobrinho e Newton César Balzan (2005), como uma alternativa eficaz para fortalecer a educação superior e promover o seu aperfeiçoamento. A prática dessa modalidade de avaliação proporciona o desvelamento das instituições de ensino superior em sua globalidade. Possibilita a realização de um levantamento dos aspectos positivos e das dificuldades vivenciada pela instituição, e a elaboração de estratégias tanto para solucionar problemas, assim como para aperfeiçoar o que for entendido como positivo, a partir das informações obtidas.

Na Universidade Federal de Rondônia (UNIR) realizou-se, entre 2004 e 2006, o processo de Avaliação Institucional sob as orientações do SINAES. O presente estudo preocupou-se em conhecer quais foram as ações de gestão decorrentes deste processo de Avaliação Institucional efetuadas um em órgão acadêmico da UNIR - nesse caso o Núcleo de Ciências Humanas - a fim de compreender melhor a totalidade dos impactos da Avaliação Institucional a partir do estudo de partes da instituição.

Buscou-se estabelecer relação quanto à utilização dos resultados da Avaliação Institucional em função das competências de gestão no Núcleo de Ciências Humanas (NCH), e ainda identificar os processos e metodologias avaliativos utilizados no contexto desse Núcleo.

O instrumento dessa pesquisa foi elaborado em dois momentos e em duas unidades acadêmicas, através de questionários pré-testes com questões abertas e semiabertas, para se identificar as questões necessárias para a investigação.

O público escolhido para responder aos questionários foram os gestores em atividade no NCH no período da aplicação do instrumento de pesquisa, sendo eles, diretor e vice-diretor do Núcleo e chefes de departamento, e também os funcionários que atuavam no Núcleo, três pessoas naquele momento. Na sequência do texto serão apresentados os dados obtidos a partir da aplicação do instrumento de pesquisa utilizado nesse estudo. Os questionários foram enviados a todos os Chefes de Departamento, contudo não houve respostas de todos os gestores.

A escolha desse público pautou-se no princípio de participação da comunidade acadêmica, em sua totalidade, nos processos de Avaliação Institucional, e ainda, tendo em vista os cargos que ocupavam, os quais foram nesse estudo considerados fundamentais para o desenvolvimento das atividades acadêmicas em geral.

O NCH é um órgão acadêmico da Universidade Federal de Rondônia, esta por sua vez, é uma Fundação Pública com personalidade jurídica de direito público, criada pela Lei n.º 7.011, de 08 de julho de 1982, sendo instituição oficial que integra o Sistema Federal de Ensino, com sede administrativa e foro na cidade de Porto Velho e atuação em todo o Estado de Rondônia, através dos campi localizados em demais cidades do Estado.

Os resultados alcançados indicam que as ações de mudanças propostas a partir do processo de Avaliação Institucional, realizado em 2006, não foram incorporadas as ações gestoras efetuadas no NCH.

Demonstraram ainda, que predomina a prática da avaliação da aprendizagem de caráter burocrático nas atividades avaliativas do órgão acadêmico. Os resultados destas avaliações não são reinterpretados no sentido de diagnosticar a situação atual dos cursos e para uma possível elaboração de novas estratégias de elevação da qualidade do aprendizado.

Sendo assim, o processo de Avaliação Institucional ainda não alcançou sua totalidade enquanto ferramenta de gestão no NCH, pois os resultados da Avaliação Institucional não foram utilizados no âmbito das decisões gestoras. Além disso, a própria adoção de processos contínuos de Avaliação Institucional não foi percebida como prática contínua no Núcleo.

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NOS PROCESSOS DE GESTÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

O sentido da educação superior e o papel das universidades tem sido alvo de diversas discussões, tanto no que diz respeito à organização administrativa quanto ao desempenho das suas funções.

Um ritmo bastante acelerado de mudanças sociais, políticas e econômicas, associado a oscilações de mercado e avanço tecnológico, exigem das Instituições de Ensino Superior (IES) uma adequação à nova realidade.

Diante dessa realidade, faz-se imprescindível a participação integral, compreensiva e crítica das universidades nas transformações sociais que afetam a vida humana, pois a qualidade da educação depende da inserção ativa e crítica das IES no mundo social em constante mudança (BALZAN e SOBRINHO, 2005).

Há no cotidiano das universidades o aumento da crise institucional, que emergi a partir de fatores como a contradição entre autonomia e produtividade social, ou ainda em função da disputa entre a predominância da formação geral e humanista ou da formação profissional. Outro fato é a colisão da função de investigação com a função de ensino, uma vez que a geração de novos conhecimentos exige o emprego de recursos financeiros, humanos e institucionais de difícil transferência às tarefas de transmissão e utilização do conhecimento. (ibidem).

Nesse contexto de desafios referentes à função da educação superior, a Avaliação Institucional assume papel de ferramenta para promover o controle das instituições de educação superior, e ainda, ações de mudanças qualitativas nas IES. A exigência de qualidade na gestão dos processos educacionais impulsionou a afirmação da avaliação como tendência mundial.

Os processos avaliativos descentralizam os mecanismos de gestão e financiamento, tornando-os meios a “otimizar” os bons resultados. A Avaliação Institucional adquire assim o caráter de um mecanismo indutor da excelência e da qualidade da Educação Superior. Portanto, além de supervisionar as condições de funcionamento das IES, torna-se essencial que a Avaliação Institucional contribua para melhoria da qualidade do funcionamento destas instituições.

A valorização da avaliação como ferramenta de gestão instituiu uma nova racionalidade do sistema de ensino superior, com vistas a uma expansão mais acelerada da oferta, incentivou o surgimento de núcleos de estudos na área de avaliação - formação e capacitação de recursos humanos neste campo - e a produção de pesquisa aplicada para subsidiar a chamada qualidade educacional.

A disseminação da avaliação como um dos itens nucleares da política educacional precisa ser acompanhada pela compreensão de que uma proposta avaliativa, coerente, deve contribuir para a construção de uma cultura de avaliação com caráter permanente e formativo, capaz de oferecer subsídios para a tomada de decisões na perspectiva da qualidade.

Discutir avaliação não se reduz a discussão do processo avaliativo em si, mas à compreensão do contexto em que este se insere no âmbito das reformas educacionais e das mudanças políticas e econômicas mais amplas. A opção por uma tendência de avaliação diz respeito aos interesses sociais que formam a base da organização do Estado. Portanto, entrelaçados na formação de um sistema de avaliação, encontram-se os interesses e as intenções ideológicas, sociais e econômicas de um governo. (GOMES, 2002).

A avaliação na gestão do ensino superior implica não somente na mera utilização de ferramentas avaliativas e respectiva divulgação de resultados. Mas, trata-se de uma reflexão coletiva sobre o significado das informações obtidas, e das possíveis ações a serem realizadas a partir destes dados encontrados. Ela pode ser compreendida e, portanto, orientada de diversas formas.

De acordo com as finalidades para a quais se faz uso da avaliação, os resultados podem apontar para uma abordagem qualitativa da realidade institucional. Ou direcionar o processo para obtenção de dados de caráter quantitativo.

> Algumas das finalidades da avaliação têm sido: oferecer parâmetros que garantam a qualidade da educação para os usuários e os empregadores, favorecer a melhoria da qualidade dos serviços, servir de instrumento de prestação de contas, estimular e regular a concorrência entre instituições, implantar mecanismos de controle do investimento dos recursos públicos, supervisar a iniciativa privada na provisão de um bem público, reconhecimento de créditos entre programas e aptidão para receber recursos públicos. (GÓMEZ, 2004, p. 2).

No Brasil duas tendências opostas balizaram o debate sobre a utilização da avaliação na gestão da educação superior nos últimos anos. Uma com finalidade básica de regulação e controle e outra voltada para a emancipação por meio de mecanismos que promovam a compreensão e o desenvolvimento institucional (AMARAL, FONSECA e OLIVEIRA, 2006).

A avaliação com enfoque na regulação e controle caracteriza-se por ser uma avaliação centralizadora, funcional, contábil, operacional, de resultados. Atua como reveladora de números com vistas ao controle, sem a preocupação de utilização dos resultados para a melhoria do funcionamento da IES.

A avaliação voltada para a melhoria da qualidade institucional recebe fundamentalmente as designações de avaliação formativa, participativa, efetividade social e cientifica; enfim, de cunho emancipatório.

Na avaliação da educação superior com perspectiva formativa os processos avaliativos são orientados para um desvelamento da realidade institucional com vistas a identificar os aspectos positivos e as dificuldades da IES em toda sua totalidade.

Busca-se conhecer as relações que produzem a instituição assim como os produtos que resultam dessas relações, para com base nestas informações obtidas, se promover o aperfeiçoamento dos aspectos positivos e a superação das dificuldades.

A Avaliação Institucional interessa-se pela compreensão e avaliação dos processos que constroem a instituição, supera amplamente a questão das aprendizagens individuais e busca a compreensão das relações e das estruturas institucionais, constitui um "empreendimento sistemático que busca a compreensão global da Universidade, pelo reconhecimento e pela integração de suas diversas dimensões". (BALZAN e SOBRINHO, 2005, p. 09).

As primeiras ações efetivas de Avaliação Institucional no Brasil ocorreram em meados de 1980. Os primeiros textos referentes a esta temática demonstravam preocupação com o controle da qualidade das IES, preocupação esta, intensificada em virtude do grande aumento de IES e matrículas nos cursos.

Entre as propostas de avaliação da educação superior executadas no Brasil destacam-se: Programa de Reforma Universitária – PARU; Conselho Nacional para a Reformulação da Educação Superior – CNRES; Grupo Executivo para Reformulação da Educação Superior – GERES; Programa Institucional de Avaliação das Universidades

Brasileiras – PAIUB; e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES (vigente).

SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

A proposta de um Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) busca assegurar, entre outras coisas, a integração das dimensões internas e externas, particular e global somativo e formativo, quantitativo e qualitativo e os diversos objetos e objetivos da avaliação (BRASIL, 2004).

A proposta do SINAES concebe um sistema de avaliação como uma construção a ser assumida coletivamente, com funções de informação para a tomada de decisão de caráter político, pedagógico e administrativo, melhoria institucional, auto-regulação, emancipação, elevação da capacidade educativa e do cumprimento das demais funções públicas. Ela busca a conciliação das dimensões formativa e regulatória de avaliação, articular a avaliação interna à avaliação externa.

O SINAES é composto por três modalidades principais: A Avaliação das Instituições de Educação Superior (AVALIES); Avaliação dos Cursos de Graduação; e a terceira é a Avaliação dos Estudantes (ENADE). Esses procedimentos são executados conforme as diretrizes estabelecidas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) é responsável pela realização desses procedimentos de avaliação.

Na perspectiva do SINAES, a Avaliação das Instituições de Educação Superior tem o objetivo de identificar o perfil e o significado da atuação destas instituições, pautando-se pelos princípios do respeito à identidade e à diversidade das instituições.

O procedimento de Avaliação da Educação Superior compõe-se de dois momentos, sendo eles: Auto-avaliação e Avaliação Externa. A Auto-avaliação é competência da Comissão Própria de Avaliação, a qual atua sob acompanhamento do processo de auto-avaliação para sua realização. A avaliação Externa é realizada por Comissões Externas de Avaliação Institucional, designadas pelo INEP, e ocorre após o processo da Auto-avaliação.

A Avaliação Institucional constitui o referencial básico para o processo de credenciamento e recredenciamento das instituições, com os prazos de validade

estabelecidos pelos órgãos de regulação do MEC. A avaliação das instituições de educação resultará na aplicação de conceitos, ordenados em uma escala com cinco níveis, a cada uma das dimensões e ao conjunto das dimensões avaliadas.

EXECUÇÃO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA NOS MOLDES DO SINAES – 2006

Para realizar a Avaliação Institucional, a COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA) produziu dados a serem estudados, realizou oficinas, promoveu encontros e discussões e reinterpretou as relações institucionais. Sendo que foram contratadas 250 pessoas ao longo do processo e o seminário contou com a participação efetiva de 421 pessoas.

A perspectiva de avaliação adotada nesse processo de Avaliação Institucional aponta para a avaliação enquanto ferramenta de trabalho, tanto para produção e análise de resultados, como para utilização destes dados nas tomadas de decisões políticas.

No relatório está explícita a consciência da CPA de que a realização da Avaliação Institucional na UNIR se justificou não somente pela sua existência legal, mas também por ser uma oportunidade de aperfeiçoamento dos diversos segmentos que compõem a UNIR.

A pergunta que orientou o desenvolvimento da Avaliação Institucional foi: "Como a universidade federal de Rondônia no conjunto, percebe as ações de gestão e comunicação na instituição?" (UNIR, 2006, p. 26).

As etapas operacionais cumpridas no decorrer do processo dessa Avaliação Institucional foram: Etapa de elaboração do projeto em conjunto com a etapa de sensibilização, durante essa fase foram elaboradas questões avaliativas orientadoras de indicadores e da relação destes com os elementos obrigatórios e opcionais previstos no SINAES; etapa de desenvolvimento, nesta etapa, as ferramentas foram aplicadas, os dados coletados e foram elaboradas críticas a rascunhos analíticos sobre os relatórios parciais que foram submetidos ao ajuizamento pela audiência no seminário; e etapa de consolidação, na qual se realizou o seminário de avaliação institucional e apresentou-se a AGENDA UNIR+25 para o Conselho Universitário.

A partir das informações obtidas durante a coleta de dados para a Execução da Avaliação Institucional e das discussões realizadas a respeito das respectivas

informações a CPA elaborou um conjunto de propositivas e recomendações denominado Agenda UNIR + 25, o qual foi sugerido para adoção aos procedimentos operacionais, e homologado pelo Conselho Universitário.

AÇÕES GESTORAS: A AGENDA UNIR+25

Buscou-se conhecer quais ações foram realizadas em um órgão acadêmico da Universidade Federal de Rondônia (NCH) decorrentes das orientações expressas na AGENDA UNIR +25, resultante do processo de Avaliação Institucional realizado em 2006 na perspectiva do SINAES. Para tanto, foram aplicados questionários específicos aos gestores, e funcionários do Núcleo.

Aos funcionários foi perguntado se eles conhecem o processo de Avaliação Institucional realizado em 2006 na UNIR. Dos três funcionários que participaram da pesquisa, todos responderam ter conhecimento da realização do processo.

Um dos participantes mencionou conhecer o processo como aluno de graduação, pois no período da realização da Avaliação ainda não era funcionário, era aluno da UNIR. Informou que havia sido contratado há cinco meses como funcionário, e que na condição de servidor ainda não tinha vivenciado nenhuma experiência referente à Avaliação Institucional.

Perguntou-se aos funcionários do NCH se eles participaram da realização desse processo de Avaliação Institucional. Das três respostas obtidas, um funcionário respondeu que sim, e os outros dois responderam que não.

Procurou-se descobrir se os funcionários conhecem o documento intitulado Agenda UNIR+25, das três respostas obtidas, os funcionários disseram não conhecer esse documento.

Para os gestores do órgão acadêmico foram dirigidas duas questões, perguntou-se se eles conhecem bem o documento AGENDA UNIR+25. Das cinco respostas obtidas, em três respostas foi afirmado que se conhece parcialmente o documento, e em duas as respostas foi indicado o desconhecimento do documento.

Buscou-se descobrir se os gestores reconhecem a utilização da Agenda Unir+25 como recurso orientador nas tomadas de decisões gestoras no Núcleo. Das cinco respostas obtidas, quatro respostas apontaram que a Agenda Unir+25 não é utilizada e

em uma resposta indicou que a Agenda Unir+25 é parcialmente utilizada na tomada de decisões. Conforme demonstra o gráfico a seguir:

Utilização da AGENDA UNIR+25

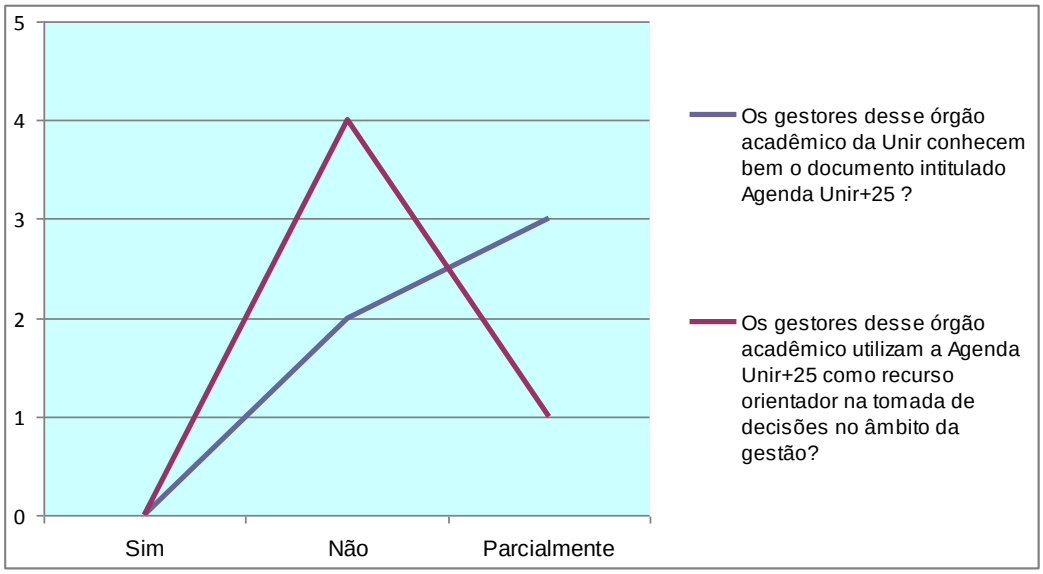

Gráfico 3: Utilização da AGENDA UNIR+25

A partir desses resultados, foi possível constatar que a AGENDA UNIR+25 é pouco conhecida e não está sendo utilizada como referência para tomada de decisões no âmbito da gestão do Núcleo de Ciências Humanas.

Durante a aplicação dos questionários alguns participantes associaram o fato de não conhecerem a AGENDA UNIR+25 ao pouco tempo que ocupavam seus respectivos cargos. Todavia, torna-se inviável relacionar a falta de conhecimento da agenda ao tempo de gestão ou funcionalismo no NCH, pois o público entrevistado já integrava a comunidade acadêmica, e o processo de avaliação institucional além de ser um processo que deve ser institucionalizado, precisa ser global, envolver toda a comunidade acadêmica.

A avaliação institucional deve contemplar participação de todos os segmentos da instituição, pois esta se constrói mediante a cooperação de todos os tipos de relações realizadas na instituição, portanto, se não ocupavam determinados cargos os entrevistados poderiam ainda assim conhecer a Agenda UNIR+25 como uma ferramenta de melhoria disseminada e utilizada como política institucional se houvesse

uma efetividade do uso dos resultados da Avaliação Institucional na IES, ou por já fazerem parte da comunidade acadêmica atuando em outros segmentos da instituição, ou ainda porque a utilização da Agenda Unir+25 no cotidiano universitário implicaria que esses a conhecessem.

Dessa forma, os dados demonstram que a Avaliação Institucional não se consolidou como efetiva, já que para tal não basta que ela forneça informações sobre a instituição e proponha metas, é necessário que essas metas sejam integradas ao cotidiano da universidade e que a própria prática da Avaliação Institucional seja incorporada continuamente ao cotidiano acadêmico.

AVALIAÇÃO NO COTIDIANO INSTITUCIONAL

No intuito de identificar os processos e metodologias, de Avaliação Institucional, utilizados no contexto de um órgão acadêmico, cuja pretensão se constitui como sendo um dos objetivos específicos propostos para esse estudo, fizeram-se algumas perguntas aos gestores do Núcleo que participaram da pesquisa.

A identificação dos processos e metodologias de Avaliação, utilizados no NCH indicou que essa prática de avaliação ainda é muito tímida no órgão acadêmico. Processos de avaliação pautados no interesse da melhoria do funcionamento no Núcleo ainda não são eventos constantes.

Buscou-se identificar, através aplicação dos questionários, como ocorre no órgão acadêmico em estudo, a utilização contínua de processos e metodologias de Avaliação Institucional que visam contribuir ao desempenho profissional dos docentes e funcionários nesse órgão, e ainda o desenvolvimento dos alunos. Pois, pretende-se, que a partir da avaliação institucional, se instale uma cultura de avaliação para que se perceba diuturnamente a importância da preocupação com processos e resultados (SOBRINHO, 2000).

Perguntou-se aos gestores se os discentes realizam avaliação dos docentes e se os resultados dessa avaliação têm alguma utilização de caráter formativo. Dos cinco gestores que responderam a questão, três afirmaram que os alunos realizam avaliação dos docentes e dois responderam que os alunos não realizam. Entre os gestores que responderam que se realiza esse tipo de avaliação, foi comum a associação dessas

avaliações a iniciativas pessoais dos docentes. Sobre a utilização dos resultados obtidos nestas avaliações, foram obtidas três respostas, sendo que uma confirmou a utilização desses resultados como contribuição a melhoria do trabalho e duas respostas afirmaram que algumas vezes esses resultados são utilizados.

Além disso, perguntou-se se os funcionários são submetidos a processos avaliativos. Quanto à realização de avaliação dos funcionários, das duas repostas obtidas, uma confirmou a realização dessa avaliação e a outra, contraditoriamente, afirmou que não se realiza avaliação dos funcionários do órgão acadêmico. Essa questão foi direcionada somente aos diretores do Núcleo.

Essas questões foram elaboradas levando em conta a importância do estabelecimento de um diálogo com os alunos referente à prática pedagógica do professor, no intuito de aperfeiçoar o trabalho docente; e ainda, considerando a relevância do trabalho dos técnicos no conjunto do funcionamento institucional, pois as IES precisam exercer continuamente os seus julgamentos de valor a respeito da finalidade de seu trabalho e das relações que tecem o conjunto (BALZAN e SOBRINHO, 2005)

Observou-se a partir dos dados obtidos a predominância da prática da avaliação da aprendizagem nas atividades avaliativas do órgão. Prática essa que se justifica essencialmente pelo cumprimento das exigências, estabelecida pela LDB, para aprovação dos alunos. Os resultados destes processos de avalição não são reinterpretados no sentido de diagnosticar a situação atual dos cursos, e para uma possível elaboração de novas estratégias de elevação da qualidade do aprendizado no âmbito dos cursos do Núcleo em geral.

Refletir sobre a realização da avaliação institucional em um órgão acadêmico implica na reflexão do papel da avaliação no contexto deste órgão. A execução de uma proposta como a do AVALIES–SINAES não pode se consolidar apenas por aquilo que se propõe teoricamente, mas pela combinação entre proposta teórica e atitude humana. Ou seja, uma proposta teórica de Avaliação Institucional para fomentar o aperfeiçoamento de uma IES depende da atuação dos agentes que incorporam a comunidade acadêmica, sendo assim, o “modo de se fazer Avaliação Institucional” está diretamente relacionado à concepção de avaliação vivenciada em um determinado grupo acadêmico.

A utilização de mecanismos de avaliação, nas diversas atividades desenvolvidas em uma IES, pode ser uma mola de impulsão para o aperfeiçoamento da qualidade acadêmica, pois à medida que a avaliação promove a apreensão da realidade vivenciada na IES, ela oferece um leque de informações importantes para a compreensão dos resultados produzidos pela instituição, assim como, dos processos e relações que têm produzido determinados resultados. Construída essa compreensão da "teia" universitária, é possível, a partir desta compreensão, projetar a tentativa de uma reconstrução das partes que formam a universidade com vistas a sua integração e evolução. "A avaliação, em suas dimensões internas e externas, deve procurar apreender a multiplicidade das faces e os sentidos normalmente escondidos e tentar reconstruir significativamente as partes integrando-as no conjunto da Universidade". (SOBRINHO, 2005, p.34).

Para a Avaliação Institucional ser eficaz na melhoria da qualidade das IES, faz-se necessária a prática de uma avaliação contínua que considere a totalidade das dimensões envolvidas, pois a prática de avaliação, pautada apenas na verificação e controle é insuficiente para assegurar qualidade ou fomentar a melhoria permanente das IES. (MENEGHEL, ROBL e SILVA, 2006).

O discurso de uma avaliação realizada sob uma perspectiva formativa, cuja finalidade longe de punições prevê correções, está cada vez mais presente na esfera educacional. A inserção da avaliação enquanto ferramenta de gestão cresce em vários setores da administração pública ou particular, nos diversos segmentos, não apenas na gestão da educação superior. Todavia, avaliar com vistas à qualidade implica em: Exposição, diálogo, correção e etc. Ações aparentemente muito simples, no entanto, que exigem um comportamento "muito democrático" dos seus executores.

A adoção da Avaliação Institucional realizada sob a ótica de considerá-la não só regulatória, mas formativa (sendo eficaz nessa expectativa) demanda do grupo acadêmico uma concepção de avaliação que ultrapasse o estigma classificatório, competitivo e punitivo da avaliação, e alcance a visão da avaliação como um excelente mecanismo de construção de qualidade. E, além disso, demanda que essa concepção formativa consiga transpor aquilo que já está enraizado nas práticas avaliativas de caráter autoritário e punitivo e ser reconhecida como prática constante entre os que integram a comunidade universitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o estudo, constatou-se que a partir desse processo de avaliação institucional foi produzido um documento intitulado Agenda UNIR+25, que se constitui em um conjunto de recomendações e propostas de ações a serem executadas na UNIR com a intenção de promover a melhoria da qualidade acadêmica. A execução das ações propostas a partir da Avaliação Institucional confere efetividade ao caráter formativo desta modalidade de avaliação, portanto, durante a coleta de dados desse estudo buscou-se conhecer a utilização dessa Agenda nas ações gestoras do Núcleo de Ciências Humanas.

Os dados obtidos demonstraram que não houve uma utilização efetiva das metas propostas na Agenda UNIR+25 no cotidiano do órgão acadêmico. As ações de mudanças propostas a partir do processo de Avaliação Institucional não foram incorporadas à dinâmica do trabalho na universidade.

Sendo assim, tendo em vista que a Agenda UNIR+25 é pouco conhecida entre os gestores e funcionários do órgão acadêmico e não é reconhecida, pelos mesmos, como instrumento orientador na tomada de decisões realizadas no Núcleo, pode-se então perceber uma estagnação do processo de Avaliação Institucional quanto à execução de ações para promoção da qualidade universitária decorrentes desta avaliação. O que não significa descrédito à prática avaliativa em questão da parte da comunidade acadêmica que compõe o local de pesquisa, e sim a ausência de conciliação entre a proposta teórica da Avaliação Institucional com ações práticas na gestão do órgão acadêmico. Cabe ressaltar a possibilidade de que estas propositivas e inferências estejam sendo executadas, no entanto, caso estejam em execução, não estão reconhecidas como produtos resultantes do processo de avaliação institucional.

---

*Aluna do Mestrado em Educação na Universidade Federal de Rondônia - PPGMED/UNIR. Professora na Rede Municipal de Ensino do município de Porto Velho.
*Doutorado em Ciências Socioambientais – Núcleo de Altos Estudos da Amazônia. Cursando pós-doutorado na University of Florida, U.F, Estados Unidos. Professora na Universidade Federal de Rondônia.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Nelson Cardoso; FONSECA, Marília; OLIVEIRA, João de Ferreira. **Avaliação, desenvolvimento institucional e qualidade do trabalho acadêmico**. EDUCAR, Curitiba, nº 28, p.71-87. Editora UFPR.

BALZAN, Newton César, SOBRINHO, José Dias (orgs). **Avaliação Institucional** – teoria e experiências**.** 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2005.

.BARREYRA, Gladys Beatriz; ROTHEN, José Carlos. **Para uma história da avaliação da educação superior brasileira:** Análise dos Documentos do PARU, CNRES, GERES e PAIUB. Avaliação,Campinas; Sorocaba, SP, v. 13, n.1, p.131-152, março 2008.

BRASIL. Lei 10.861 de 14 de abril de 2004. **Sistema Nacional de Avaliação de Educação Superior – SINAES**/ Consultado em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm.

BRASIL. Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação.** / Consultado em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm.

GIL, Antonio, Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Alfredo Macedo**. Política de Avaliação da Educação Superior:** Controle e Massificação. Educ. Soc., Campinas, v. 23, n.80, setembro, 2002, p. 275-298.

GÓMEZ, Rodríguez R. **Acreditación ¿Ave fénix de la educación superior en México? In:** ODORIKA, I. (Org.). La academia en jaque: perspectiva política sobre los programas de evaluación de la educación superior en México. México: UNAM-Porrúa, 2004. Disponível em: <http://www.monografias.com/trabajos31>.

MENEGUEL, Stela; ROBL, Fabiane; SILVA, Tattiana T. Freitas Da. **A relação entre avaliação e regulação na Educação Superior:** elementos para o debate. Educar, Curitiba, n. 28, p. 89 – 106, 2006. Editora: UFPR.

SGUISSARDI, Valdemar. **Que lugar ocupa a qualidade nas recentes políticas de educação superior?** XIII ENDIPE, 2006, Políticas educacionais, tecnologia e formação do educador: repercussão sobre a didática e as práticas de ensino. In: *Anais*... Recife: Bagaço, 2006. V. 2, p. 311-336.

SOBRINHO, José Dias. **Avaliação da Educação Superior**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.